

**COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PROCERGS**

Estatuto Social

Porto Alegre, 14 de maio de 2018

SECRETARIA DA FAZENDA

PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CNPJ 87.124.582/0001-04

NIRE 43300020100

ESTATUTO ATUAL ALTERADO EM:

19.04.83, 26.04.84, 30.11.84, 30.04.85, 25.03.86, 30.12.86, 27.02.87, 09.04.87, 06.04.88, 29.11.88, 27.04.89, 10.11.89, 20.03.90, 27.03.90, 09.05.90, 03.07.90, 27.07.90, 12.03.91, 20.03.92, 18.03.93, 03.02.94, 19.04.94, 29.07.94, 07.12.94, 20.03.95, 19.03.96, 09.02.98, 17.06.99, 14.12.99, 17.09.2007, 19.12.2007, 19.02.2009, 20.01.2011, 26.11.2012, 25.07.2016, 19.09.2017.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO

Art. 1º – A PROCERGS Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, que se rege pelo presente Estatuto, pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis e pelos atos dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização.

Art. 2º – A Companhia tem por sede e foro jurídico a cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º – Por deliberação da Diretoria, ouvido previamente o Conselho de Administração, a Companhia poderá instalar filiais ou dependências em qualquer localidade do País.

Art. 4º – A Assembleia Geral da entidade poderá autorizar a participação da Companhia em outras empresas, consoante disposição no art. 3º da Lei Estadual nº 6.318, de 30.11.1971.

Art. 5º – O objetivo da Companhia é a execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações, assessoramento técnico, comercialização de bens e produtos de informática e serviços de telecomunicações.

Art. 6º – A Companhia é constituída para funcionar por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL E DAS AÇÕES

Art. 7º – O Capital Social é de R\$ 115.319.287,84 (cento e quinze milhões, trezentos e dezenove mil, duzentos e oitenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), representado por

524.178.240 (quinhentas e vinte e quatro milhões, cento e setenta e oito mil e duzentas e quarenta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro: O Capital Social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independente de reforma estatutária, até o limite de 70.000.000 (setenta milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Segundo: Mesmo nos aumentos com Capital Autorizado, deverá ser preservado o direito de 51% do capital com o direito a voto ao Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 8º – A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Art. 9º – As ações, os títulos múltiplos ou as cautelas que as representam serão, obrigatoriamente, assinadas pelo Diretor-Presidente e um Diretor.

Art. 10 – O Estado do Rio Grande do Sul subscreverá e manterá no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) do Capital Social votante.

Art. 11 – A preferência dos acionistas nos aumentos de capital será regida na forma da lei, devendo o Estado manter sempre a proporção mínima estabelecida no artigo 10 desse estatuto.

Art. 12 – O maior acionista terá preferência na aquisição de ações a serem transferidas, pelo valor patrimonial da Entidade segundo o último balanço aprovado, ou, se for o caso, segundo balanço especial realizado a pedido do acionista dissidente, na forma da lei.

Parágrafo Único: Para o fim previsto neste artigo, a transferência de ações deverá ser previamente levada ao conhecimento da Companhia, por escrito, a qual terá prazo de 10 (dez) dias para obter o pronunciamento do maior acionista, após o que, sem qualquer resposta, a Companhia poderá reembolsar ao acionista o valor de suas ações, ou liberá-lo para que transfira as ações a quem julgar conveniente.

CAPÍTULO III

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 13 – A Assembleia Geral reunir-se-á, em sessão ordinária, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e em sessão extraordinária, quando se fizer necessário, observadas as prescrições legais.

Art. 14 – As sessões da Assembleia Geral serão instaladas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua falta, pelo Diretor-Presidente da Companhia, sendo presidida por acionista e secretariada por um dos presentes, ambos eleitos na ocasião.

CAPÍTULO IV

DO COMITÊ DE ELEGIBILIDADE

Art. 15 – O Comitê de Elegibilidade é o órgão de apoio à Assembleia Geral, composto de 3 (três) membros, indicados pelo Diretor-Presidente da Companhia.

Art. 16 – Compete ao Comitê de Elegibilidade verificar a conformidade do processo de indicação e avaliação dos membros para o Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal.

Parágrafo Primeiro: Devem ser divulgadas as atas das reuniões do Comitê de Elegibilidade realizadas com o fim de verificar o cumprimento, pelos membros indicados, dos requisitos definidos na Política de Indicação, devendo ser registradas as eventuais manifestações divergentes de conselheiros.

Parágrafo Segundo: As atribuições do Comitê de Elegibilidade serão regradas em instrumento normativo interno da Companhia.

CAPÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 17 – Os Órgãos de Administração da Companhia são o Conselho de Administração e a Diretoria.

Art. 18 – Ao Conselho de Administração compete o exercício das atribuições fixadas em lei e neste Estatuto.

Art. 19 – A Diretoria é o Órgão competente para administrar e representar a Companhia.

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 20 – O Conselho de Administração será constituído de 7 (sete) membros eleitos em Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro: O Conselho de Administração deve ser composto por 1 (um) representante independente, 1 (um) representante dos empregados e 1 (um) representante do acionista minoritário, nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

Parágrafo Segundo: É garantida a participação no Conselho de Administração, de representante dos empregados, por meio de eleição direta e de representante dos acionistas minoritários, também eleito.

Parágrafo Terceiro: O Diretor-Presidente da Companhia integrará o Conselho de Administração.

Parágrafo Quarto: A investidura dos membros do Conselho de Administração observará os requisitos estabelecidos no art. 17, incisos I a III, da Lei nº 13.303/2016.

Art. 21 – Compete ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) eleger os diretores da Companhia e destituí-los;
- c) convocar a Assembleia Geral Ordinária e, em caráter Extraordinário, quando julgar conveniente;
- d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos, com vista a assegurar a execução da política da Companhia, bem como manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- e) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias e obrigações a terceiros;
- f) praticar os demais atos previstos na lei como de sua competência;
- g) deliberar sobre os aumentos de capital dentro do limite autorizado, fixando, inclusive, o preço de emissão das ações, prazos e condições de integralização e demais condições do aumento;
- h) deliberar sobre possíveis pagamentos de juros a título de remuneração do capital próprio, conforme dispõe a Lei de Sociedades Anônimas;
- i) escolher e destituir auditores independentes;
- j) discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes;
- k) implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Companhia, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;
- l) estabelecer política de porta-vozes visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da Companhia;
- m) avaliar os diretores da Companhia, nos termos do inciso III do art. 13 da Lei 13.303, de 30.06.2016, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Elegibilidade referido no art. 10 do mesmo dispositivo legal;

- n) aprovar as atribuições detalhadas dos membros do Conselho de Administração, que deverão ser descritas em instrumento normativo interno da Companhia;
- o) aprovar o Código de Conduta e Integridade.

Art. 22 – O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos pela Assembleia de Acionistas.

Art. 23 – O Conselho de Administração será convocado para funcionamento, pelo seu Presidente, sempre que os interesses da Companhia assim o recomendarem, sendo a convocação realizada através de comunicação expressa, na qual será mencionada a data e horário em que instalará sua reunião.

Parágrafo Primeiro: As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seus membros.

Parágrafo Segundo: As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos e, em caso de empate nas deliberações, caberá ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 24 – A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único: O conselheiro empregado fará jus à remuneração de conselheiro adicionalmente a uma eventual remuneração de função gratificada.

Art. 25 – No caso de vacância de cargo do Presidente do Conselho de Administração, por morte, exoneração ou renúncia, seu substituto será o Vice-Presidente do Conselho de Administração para exercer o cargo até a próxima Assembleia Geral, quando será eleito o novo Presidente.

Art. 26 – O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração será de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, devendo permanecer em exercício até a investidura do novo Conselho eleito.

DA DIRETORIA

Art. 27 – A Diretoria será constituída de 4 (quatro) membros residentes no país, acionistas ou não da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração, compreendendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Técnico, 1 (um) Diretor Administrativo-Financeiro e 1 (um) Diretor de Inovação e de Relacionamento com Clientes.

Parágrafo Único: Um dos diretores deverá ser empregado da Companhia.

Art. 28 – O mandato da Diretoria terá a duração de 2 (dois) anos, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, devendo os respectivos membros permanecer em exercício até a investidura da nova Diretoria eleita.

Parágrafo Único: A investidura dos membros da Diretoria observará os requisitos estabelecidos no art. 17, incisos I a III, da Lei nº 13.303/2016.

Art. 29 – Ao Diretor-Presidente compete praticar os atos necessários ao regular funcionamento da entidade, orientando neste sentido os trabalhos de Diretoria, cabendo-lhe, em especial:

- a) representar a Companhia em suas relações com terceiros, seja em juízo ou fora dele, inclusive através de procuradores, prepostos ou mandatários;
- b) admitir e dispensar empregados;
- c) fixar as atribuições dos demais integrantes da Diretoria.

Parágrafo Único: A representação da Companhia poderá ser atribuída, por decisão do Diretor-Presidente em cada caso específico, a qualquer dos demais integrantes da Diretoria.

Art. 30 – O Diretor-Presidente será auxiliado no desempenho dos encargos de gestão pelos outros Diretores.

Art. 31 – O Diretor-Presidente será o Diretor Estatutário que liderará a área de Compliance.

Art. 32 – As deliberações de Diretoria serão tomadas por maioria de votos e, em caso de empate nas deliberações, caberá ao Diretor-Presidente o voto de qualidade.

Art. 33 – Os cheques, as ordens de pagamento ou qualquer movimentação financeira serão assinados pelo Diretor-Presidente em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro ou outro Diretor ou, ainda, por terceiros, estes desde que previamente habilitados para tal fim, através de procuração.

Art. 34 – A remuneração dos membros da Diretoria será fixada pelo Conselho de Administração, não podendo ultrapassar, isoladamente, os limites fixados pelo Governador do Estado.

Parágrafo Primeiro: Membros da Diretoria, servidores da Companhia, poderão optar pelas vantagens de seu cargo, acrescidas da gratificação fixada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo: Aos membros da Diretoria, que sejam servidores públicos da administração direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal serão assegurados optar pela remuneração da respectiva função de que é titular no órgão de origem, acrescida da gratificação de representação estipulada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro: A remuneração dos membros da Diretoria, composta por honorários e verba de representação, será de 13 (treze) parcelas anuais.

Parágrafo Quarto: Os membros da Diretoria terão direito a férias anuais remuneradas, consoante o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parágrafo Quinto: Aos membros da Diretoria serão estendidos os benefícios concedidos aos trabalhadores empregados, definidos em Convenção Coletiva do Trabalho, tais como: assistência médica, odontológica e hospitalar, vales alimentação e refeição, participação em cursos, seminários e congressos.

Parágrafo Sexto: Integrando o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente deverá optar por uma das remunerações.

Art. 35 – Quando do impedimento ou ausência temporária do Diretor-Presidente, o mesmo será substituído pelo Diretor de Inovação e de Relacionamento com Clientes e, na sua ausência, por outro diretor indicado por este.

Art. 36 – Os Diretores impedidos ou ausentes temporariamente serão substituídos por funcionários do quadro efetivo da Companhia, em caráter interino, designados pelo Diretor-Presidente.

Art. 37 – Será considerado vago o cargo de Diretoria por morte, renúncia ou exoneração do titular ou se o impedimento ou ausência deste for superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo Primeiro: Não configura vaga o afastamento por prazo superior a 30 (trinta) dias, se for do interesse da Companhia, a critério da Diretoria, ou se autorizado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo: A vaga por exoneração a pedido fica caracterizada a partir da data em que a Presidência do Conselho de Administração tomar conhecimento do pedido escrito.

Parágrafo Terceiro: Vagando um ou mais cargos de Diretoria, o Conselho de Administração elegerá o substituto ou substitutos que servirão até o final do prazo de gestão dos substituídos.

CAPÍTULO VI

DO CONSELHO FISCAL

Art. 38 – O Conselho Fiscal da Companhia será composto de 3 (três) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro: O prazo de gestão dos membros do Conselho Fiscal será de 2 (dois) anos, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas.

Parágrafo Segundo: Para integrar o Conselho Fiscal, os seus membros deverão observar as condições mínimas estabelecidas no § 1º do art. 26 da Lei nº 13.303/2016, devendo pelo menos 1 (um) deles ser indicado pelo acionista controlador, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a administração pública.

Art. 39 – Aos acionistas minoritários, titulares de ações ordinárias nominativas, é assegurado eleger um dos membros efetivos do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto.

Art. 40 – O funcionamento do Conselho Fiscal será permanente, terminando o mandato de seus membros na primeira Assembleia Geral Ordinária que eleger seus substitutos.

Art. 41 – A remuneração dos membros titulares do Conselho Fiscal e dos seus substitutos será fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

Art. 42 – As atribuições dos membros do Conselho Fiscal são as estabelecidas em lei, devendo ser descritas em instrumento normativo interno da Companhia e cabendo ao Conselho Fiscal aprová-las.

Art. 43 – Em caso de impedimento ou vaga de membro do Conselho Fiscal, far-se-á sua substituição pelo respectivo suplente.

CAPÍTULO VII

DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Art. 44 – Comitê de Auditoria Estatutário será vinculado diretamente ao Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro: O Comitê de Auditoria Estatutário será integrado por 3 (três) membros, em sua maioria independentes, eleitos pelo Conselho de Administração, podendo ser destituídos a qualquer tempo.

Parágrafo Segundo: Para integrar o Comitê de Auditoria Estatutário, os seus membros deverão observar as condições mínimas estabelecidas nos §§ 1º e 2º do art. 25 da Lei nº 13.303/2016.

Parágrafo Terceiro: As atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário serão regradas em instrumento normativo interno da Companhia.

Art. 45 – A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário será fixada pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII

DA AUDITORIA INTERNA

Art. 46 – A área de Auditoria Interna será vinculada diretamente ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria Estatutário.

Parágrafo Único: As atribuições da área de Auditoria Interna serão regradas em instrumento normativo interno da Companhia.

CAPÍTULO IX

DA ÁREA DE COMPLIANCE

Art. 47 – A área de Compliance da Companhia, responsável pela governança, conformidade, verificação de cumprimento de obrigações, de gestão de riscos e de controle interno deverá ser vinculada ao Diretor-Presidente e liderada pelo mesmo.

Art. 48 – A área de Compliance se reportará diretamente ao Conselho de Administração em situações de suspeição do envolvimento do Diretor-Presidente em situações em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada.

Parágrafo Único: As atribuições da área de Compliance serão regradas em instrumento normativo interno da Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO X

DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE TRANSPARÊNCIA

Art. 49 – A PROCERGS deve divulgar na internet de forma permanente e cumulativa, os documentos resultantes do cumprimento dos requisitos de transparência, conforme abaixo:

- I. adequação de seu estatuto social à autorização legislativa de sua criação;
- II. divulgação tempestiva e atualizada de informações relevantes, em especial às relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e remuneração da administração;
- III. elaboração e divulgação da política de divulgação de informações, em conformidade com a legislação em vigor e com as melhores práticas;
- IV. elaboração da política de distribuição de dividendos, à luz do interesse público que justificou a criação da Companhia;
- V. divulgação, em nota explicativa às demonstrações financeiras, dos dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo ou de segurança nacional;
- VI. elaboração e divulgação da política de transações com partes relacionadas, em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade, que deverá ser revista, no mínimo, anualmente e aprovada pelo Conselho de Administração;

- VII. ampla divulgação, ao público em geral, da carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito, em linguagem clara e direta, as informações de que trata o inciso III;
- VIII. divulgação anual do relatório integrado ou de sustentabilidade.

CAPÍTULO XI

DA FUNÇÃO SOCIAL DA COMPANHIA

Art. 50 – A Companhia terá a função social de realização do interesse coletivo ou de atendimento a imperativo da segurança nacional expressa no instrumento de autorização legal para a sua criação.

Parágrafo Primeiro: A realização do interesse coletivo de que trata este artigo deverá ser orientada para o alcance do bem-estar econômico e para a alocação socialmente eficiente dos recursos geridos pela Companhia, bem como para o seguinte:

- I. ampliação economicamente sustentada do acesso de consumidores aos produtos e serviços da Companhia;
- II. desenvolvimento ou emprego de tecnologia brasileira para produção e oferta de produtos e serviços da Companhia, sempre de maneira economicamente justificada.

Parágrafo Segundo: A Companhia deverá, nos termos da lei, adotar práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social corporativa compatíveis com o mercado em que atua.

Parágrafo Terceiro: A Companhia poderá celebrar convênio ou contrato de patrocínio com pessoa física ou com pessoa jurídica para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento de sua marca, observando-se, no que couber, as normas de licitação e contratos estabelecidos na Lei nº 13.303/2016.

CAPÍTULO XII

DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 51 – O exercício social terminará em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Art. 52 – Findo o exercício social, serão elaboradas, para os fins legais e estatutários, as seguintes demonstrações financeiras:

- a) Balanço Patrimonial;

- b) Demonstrações dos Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- c) Demonstrações do Resultado do Exercício;
- d) Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Art. 53 – O lucro líquido apurado terá a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/1976, destinados aos acionistas, como Dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuem;
- c) 25% (vinte e cinco por cento) para a constituição de Reserva para Reequipamento, até que atinja 80% (oitenta por cento) do Capital Social.
- d) O saldo ficará a disposição da Assembleia Geral, para deliberação sobre sua destinação, mediante proposta dos Órgãos da Administração.

Parágrafo Primeiro: Caberá à Assembleia Geral fixar a época e forma de pagamento dos dividendos de que trata a alínea “b” deste artigo, sempre dentro do exercício social.

Parágrafo Segundo: A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição dos acionistas presentes, deliberar a distribuição de dividendos em índice inferior ao estabelecido na alínea “b” deste artigo, ou mesmo, determinar a retenção de todo o lucro, observados os preceitos legais e mediante justificativa consistente.

Parágrafo Terceiro: Poderá ser imputado ao valor dos dividendos fixados na alínea “b” desse artigo, o valor dos juros pagos ou creditados aos Acionistas, a título de remuneração de capital próprio, conforme disposto no § 7º do art. 9º da Lei 9.249 de 26/12/1995.

CAPÍTULO XIII

DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 54 – Mediante prévia autorização legislativa, a Assembleia Geral poderá decidir pela dissolução da Companhia, estabelecendo a forma, condições e prazo da liquidação.

Art. 55 – Mantido o Conselho de Administração pela Assembleia Geral, este nomeará o liquidante.

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56 – A Companhia adotará, para compras, obras e serviços contratados, e alienações, os princípios de licitação vigentes, observando os critérios instituídos pelo Estado para a concessão de auxílios e subvenções e assegurando as condições indispensáveis para eficiência e controle interno a cargo da Contadoria e Auditoria Geral do Estado e do controle externo.

Art. 57 – A Companhia poderá contratar seguro de responsabilidade civil para os administradores.

Art. 58 – Os casos omissos no presente Estatuto serão regidos pela legislação aplicável.

Art. 59 – O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação.

Porto Alegre, 14 de maio de 2018.